



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 81
Abril – 2007

S U M Á R I O

- 2 O poder militar brasileiro e seus dilemas: quantidade ou qualidade?
João Fábio Bertonha
- 5 China – Japão: Releitura de cicatrizes históricas
Ricardo dos Santos Poletto
- 7 Equador: um novo ensaio bolivariano na contramarcha da integração
José Ribeiro Machado Neto
- 10 A Corte Internacional de Justiça e o imbróglio balcânico
Sufyan El Droubi
- 13 Estados Unidos: informação e contraterrorismo
Virgílio Arraes
- 15 Quatro anos da presença americana no Iraque: o fim do poço está próximo?
Tiago Wolff Beckert
- 17 Condicionantes dos processos de integração: Europa e América Latina
Maria Izabel Mallmann
- 19 A Estratégia de Lisboa – Política de Longo Prazo da União Européia
Ricardo DaSilva
- 21 Análise sobre a discussão no Conselho de Segurança sobre Mudança Climática
Izadora Xavier do Monte
- 23 Rodada Doha: atores, temas e interesses
Marcos Paulo de Araújo Ribeiro

Estados Unidos: informação e contraterrorismo

VIRGÍLIO ARRAES*

Um dos projetos acalentados pelo ex-titular da pasta de Defesa nos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, havia sido uma ampla reforma administrativa, em moldes similares à da época do Presidente Truman em 1947, com o objetivo de adequar o aparato burocrático ao novo cenário pós Guerra Fria, onde o fenômeno da 'desterritorialidade' em parte do antigo 3º Mundo é patente.

De início, a reformulação ocorreu no âmbito do próprio Departamento de Defesa. Durante as últimas décadas, coube à Agência Central de Espionagem (CIA) o monitoramento de ameaças externas; contudo, em face do ataque terrorista a Nova York em setembro de 2001, o Pentágono reitera sua presença de modo mais incisivo, ao ir ao enalço de potenciais ameaças terroristas e mesmo aprisionar suspeitos de vínculos extremistas, ou seja, as atividades de contraterrorismo incorporaram-se ao seu cotidiano.

Deste modo, em março de 2003, estabeleceu-se a Secretaria de Espionagem (Inteligência) do Departamento de Defesa, sob responsabilidade inicial de Stephen Cambone, civil com doutoramento em ciência política, e do General-de-Divisão William Boykin, ex-comandante da Força Delta no início dos anos 90, que agrega tropas de elite.

A área principal de atuação é o Oriente Médio e cercanias e a justificativa empregada para o envio de forças especiais é a identificação de possíveis campos de combate das tropas regulares. Assim, a presença maior na área da espionagem deriva da preocupação de resguardar mais a integridade dos futuros combatentes.

O aspecto inovador não é o alargamento da atuação militar, mas a forma, ao enfatizar mais a espionagem de pessoas em vez da de informação provinda de monitoramento eletrônico por meio

de escutas telefônicas ou de rádios e satélites. O novo modo não deixa, contudo, de espelhar certo desapontamento com a atuação da CIA, constituída em 1947 para auxiliar tanto o Gabinete da Presidência como o Departamento de Defesa no combate ao comunismo e, atualmente, ao terrorismo.

Na Guerra Fria, o êxito foi evidente, visto que a União Soviética soçobrou sem confronto bélico, mesmo que a atuação da CIA nem sempre fosse elogiada, por cooptar, em várias vezes, remanescentes do regime nazifascista para a contraposição política à esquerda.

Ponto preocupante, no entanto, é o desgaste ocasionado nas forças armadas norte-americanas, à medida que, por exemplo, as técnicas de interrogatório, ainda que executadas eventualmente por outras agências, refletem-se nos militares, como no caso da base de Guantánamo. Administrativamente, há o risco de haver sobreposição entre os dois órgãos, de sorte que a responsabilidade na tomada de decisões de âmbito nacional pode tornar-se difusa.

Mais inquietante é o desvelo demonstrado com a lide diária da informação e, por extensão, da documentação. A presente gestão presidencial inibe o debate sobre a sua política externa de maneira temerária, ao vislumbrar a possibilidade de processar eventualmente jornais por trazer a lume documentos considerados secretos e, portanto, passíveis de afetar a segurança nacional – desde o fim do século XVIII, os governos têm sido extremamente cautelosos, em face do teor da Primeira Emenda, cujo objetivo havia sido o de preservar a liberdade de informar.

Naturalmente, há uma dificuldade para o manejo cotidiano de tal preservação, ainda mais após os Estados Unidos tornarem-se o único país não só com interesses mundiais, mas com capacidade

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília — iREL-UnB (arraes@unb.br).

significativa para defendê-los. Desta maneira, há, de fato, dificuldade para a classificação das informações governamentais, em especial no governo Bush, por causa de sua ineficácia política advinda conjuntamente das prioridades, do planejamento e da execução administrativa.

Nesse sentido, o sigilo requerido por alguns dos decisores origina-se da necessidade de encobrir medidas ineptas, efetivadas, muitas vezes, de modo desagarrado da realidade, cuja adversidade é renegada no momento da formulação – recorde-se o papel do *New York Times*, em 1971, ao divulgar documentos reservados sobre a Guerra do Vietnã, de onde a opinião pública extrairia uma visão menos otimista do conflito do que a divulgada oficialmente.

Por outro lado, como contraponto ao segredo governamental, amplia-se o monitoramento dos cidadãos pelo Poder Executivo dentro do próprio

território americano. A justificativa apresentada é o estado de guerra e, por conseguinte, a necessidade de defender o país do terrorismo, mesmo que temporariamente se suspenda em parte o direito de privacidade – de certo modo, é a revivescência da tradicional razão de Estado, com tintas de autoritarismo

Destaque-se que determinadas informações, em sendo tratadas como matéria de Estado, não podem vir à tona como, por exemplo, a descrição precisa das atividades de determinados centros de pesquisa militar ou a localização de determinados arsenais, possíveis alvos de ataques ou sabotagens. Por fim, o descontrole na condução dos fluxos públicos e privados de informação procede da incapacidade da gestão Bush de conjugar o seu ideário político com o da sociedade norte-americana, falta do mesmo posicionamento bélico governamental.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.